

ESTAMOS EM GREVE! E AGORA?

Benedito Carvalho Filho – Professor doutor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação Em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: beneditojfc@hotmail.com

No dia 9 de junho de 2015, depois de acaloradas discussões, professores e funcionários da Universidade Federal do Amazonas resolveram cruzar os braços. Foi uma decisão difícil e apertada, onde os prós e os contras dividiram a comunidade acadêmica naquela tarde calorenta do verão amazonense.

Como acontece em todas as paralisações, esse acontecimento mobilizou (e vem mobilizando) mentes e corações, pois saímos da rotina imposta pela mesmice do cotidiano acadêmico e os conflitos vieram à tona, felizmente de forma civilizada, apesar dos excessos, como é comum nessas ocasiões, onde é difícil separar as paixões da razão.

A greve, como nos mostrou o cientista político Norberto Bobbio e outros autores no *Dicionário de Política*, publicado pela UNB, está associada aos conflitos, que, em épocas diferentes, assumem várias expressões nas sociedades modernas e *consiste na abstenção organizada do trabalho de um grupo mais ou menos extenso de trabalhadores, normalmente organizado por um sindicato, ou um pequeno grupo de trabalhadores, guiado por um líder informal.*

Mas, como ele chama atenção, *uma greve nunca pode ser guiada só por um líder informal. A greve assume sempre uma abstenção do trabalho, acompanhada ou não por outras formas de luta (piquetes, passeatas, etc...), assim como as sabotagens, a diminuição da produção etc.*

Como explica o autor do dicionário, *retirar-se do trabalho é a ameaça mais direta e óbvia que os trabalhadores podem usar na negociação com os empregadores, que se verifica na contratação coletiva.*

A greve acarreta um dano efetivo à contraparte, porque bloqueia a produção (diversamente de outras formas “expressivas” de protesto) embora sem prejudicar normalmente as instalações e, portanto, a continuidade da ocupação (como no caso da sabotagem). Provoca, também, um impacto notável sobre a opinião pública e sobre as autoridades do governo.

É importante lembrar que as greves, que, no passado, eram violentamente reprimidas – principalmente no Brasil – os trabalhadores conseguiram não somente melhoria nas próprias condições de salário e de trabalho, mas também, como nos mostra o cientista político italiano, teve efeitos mais amplo.. *Ainda hoje – dizia ele – muitos movimentos operários se servem da Greve (especialmente a Greve geral) para impor ao Estado a adoção de políticas econômicas e sociais ou leis a eles favoráveis.*

Numa sociedade, como a brasileira, onde o conflito sempre foi visto como uma “anormalidade” se criou todo um imaginário que a greve significa baderna, anarquia, desordem e deve ser violentamente reprimida pela repressão armada, como se viu recentemente com a greve dos professores do Paraná, onde muitos professores foram duramente reprimidos e espancados violentamente pelo braço armado do Estado.

Ela, também, não ocorre por acaso. As paralisações dos trabalhadores nesse momento vêm se manifestando no nosso país dentro de uma conjuntura específica, adversa. A situação de todas as categorias profissionais tem deixado – no Brasil e do mundo - perplexos e insatisfeitos com as perdas substanciais dos seus direitos trabalhistas, adquiridos depois de muitas lutas, além do desemprego, que hoje tem jogado milhares de trabalhadores no olho da rua, atingindo diretamente as suas famílias, como se a crise econômicas fosse responsabilidade deles.

As terceirizações proposta por parlamentares, por exemplo, é uma delas e já é uma realidade na vida do trabalhador brasileiro. Mas o governo e o parlamento (um dos mais conservadores de nossa história) querem amplia-la, o que significa uma violenta precarização do trabalho, num país onde uma parcela enorme da força de trabalho já

convive com vínculos empregatícios precarizados, recebendo salários, no mínimo, aviltantes, como todos nós sabemos.

Como é possível perceber, a greve, quando analisada de uma perspectiva mais ampla, não ocorre por acaso nem no Brasil nem em outros países, principalmente num momento de violenta crise econômica como o que estamos vivendo, onde o capital financeiro impõe os seus ajustes fiscais e quem paga o pato são os trabalhadores que perdem seus empregos, são precarizados, enquanto os banqueiros, os especuladores enriquecem ainda mais, como tem mostrado organizações internacionais, como a inglesa OXFAM no seu último relatório, mostrando a brutal concentração da renda, onde os ricos abocanham a maior parte da renda produzida no mundo.

No Brasil vivemos sob uma democracia, mas dominados por grandes grupos econômicos, muitos deles envolvidos, como todos nós sabemos, em corrupções escandalosas, muitas ainda não suficientemente tornada público. O governo tornou-se refém dos donos do capital e, nesse momento, impõe o chamado “ajuste fiscal” para cobrir o déficit público. Ou seja, um “ajuste” que está caindo nas costas dos trabalhadores e não na taxaçoão do grande capital financeiro, num momento em que os bancos, por exemplo, obtém formidáveis lucros.

Não taxa, também, as grandes fortunas, ou seja, uma grande parcela da burguesia nativa que vive de rendas, da especulaçoão e – não poucas vezes – das sonegaçoões, como temos visto nos últimos tempos com as lavagens de dinheiro nos paraísos fiscais, envolvendo emissoras de televisão e até o mundo futebolístico que seduz corações e mentes dos brasileiros fanáticos por futebol.

A greve, portanto, se dá sob esse pano de fundo e ocorre numa conjuntura extremamente complicada não só no nosso país, como no mundo.

Saíamos de uma eleiçoão difícil no final do ano passado, com a vitória apertadíssima do governo de coalizaçoão e assistimos o crescimento da direita, fazendo grandes manifestaçoões nas grandes capitais brasileiras, pedindo o impedimento da presidente eleita. Ao mesmo tempo, numa democracia onde empresas e empresários, ou seja, grandes corporações (inclusive religiosas) financiam campanhas polítics, tivemos, para a nossa desgraça, um legislativo tomado por parlamentares reacionários, tirando da

cartola propostas políticas que representam uma regressão política inimaginável, para não dizer absurdas, como a diminuição da idade penal, a proposta dos ministros do governo serem escolhidos no parlamento e não pelo Presidente da República, a proibição do casamento gay e tantos outros absurdos que todos nós conhecemos.

O maior deles, que fere diretamente os trabalhadores, foi a apresentação projeto que muda a legislação trabalhistas brasileira e suas conquistas, fruto de muitas lutas ao longo da história.

Some-se a esses acontecimentos, o fato de estarmos vivendo a tentativa de golpe *a la Paraguai*, onde as denúncias de corrupção são seletivas e unilaterais, com clara intenção de atingir o governo e retirá-lo do poder, sob forte cobertura da mídia, especialmente da Rede Globo e de revistas vendidas e distribuídas para o deleite de uma grande parcela da classe média localizadas nos principais centros urbanos do país, que, agora, nesse momento de crise, não tem mais a vergonha de fazer seus painéis nos bairros chiques das cidades nem de sair às ruas pedindo (e, muitas vezes, implorando) a volta dos militares.

Quem acompanha de perto o que está ocorrendo no nosso país, não só pelos olhos da “Vênus Platinada”, mas pelos blogs chamados sujos, percebe claramente esse avanço da direita em nosso país (e, também, no mundo).

Vemos diante de nossos olhos, perplexos, o aumento da intolerância das mais absurdas, o ódio contra os programas do governo do PT, como o “Mais Médico”, o “Bolsa Família” com xingamentos de “vai para Cuba” (como se vivêssemos o tempo da Guerra Fria que, muitas vezes, os mais novos não sabem nem o que foi).

E o que dizer das agressões inconcebíveis de cidadãos enraivecidos contra os que usam camisas vermelhas? Onde vai parar tudo isso? Estamos caminhando para o fascismo, ou já estamos nele?

Nesses tempos de “redução das cabeças” e a “nova servidão na sociedade ultraliberal”, onde quem manda é o “Divino Mercado”, como bem analisou o professor francês nos seus livros, a crise é profunda e radicalmente diferente das crises anteriores do capitalismo. [1]

Naquela época o inimigo era visível e “o que fazer” leninista era mais delimitado. Aglutinar, traçar estratégias era menos complicado do que nos dias de hoje, pois se via com nitidez o inimigo. A esquerda, em contrapartida, possuía as suas “certezas”, materializada na crença messiânica de que o proletariado iria fazer a revolução e criar um mundo novo. Era o novo messias, com suas crenças escatológicas. E deu no que deu.

Os sonhos ruíram com a queda do muro de Berlim e a esquerda nunca mais foi a mesma, enquanto o capitalismo se robustecia, cooptava, inclusive, as muitas das antigas ideias revolucionárias como nos mostraram Luc Boltanski e Ève Chiapelo no seu livro *O novo espírito do capitalismo*.

A maioria dos intelectuais brasileiros reconhece que a crise o capitalismo e seus reflexos no Brasil nessa época de mundialização são muito fortes. Alguns chegam até afirmar, ao analisar o período em que vivemos hoje - que eles denominam “lulopetismo” - já acabou e não volta mais. “Faltou coragem nos governos do PT”, diz o filósofo uspiano, enquanto outro responde que as esquerdas não têm uma visão estratégica e, como sempre, está dividida, cada uma com sua visão de mundo.

Não tenho elementos para analisar nesse espaço a leitura que cada agrupamento do campo da esquerda faz da conjuntura (nacional e mundial) nesse momento. Não pertenço nem estou ligado a nenhum grupo, nem mesmo ao PT que desde o período de fundação lutei para que ele surgisse como um partido de massa, no momento de transição para a democracia, mesmo com a derrota das *Diretas Já*.

Afinal vivi grande parcela de minha vida sob um regime ditatorial e senti na pele o que é uma ditadura. Por isso, minha posição política diante da conjuntura que vivemos no momento atual é continuar lutando para que a democracia se fortaleça nesse país que tão pouco experimentou viver por longos períodos em regimes democráticos.

Reconheço os governos legitimados pelo escrutínio popular, mesmo com suas imperfeições e sou adverso a qualquer tipo de golpismo, seja lá de que origem eles vierem. Por isso, temo e me assusto quando vejo grupo de direita tentando derrubar um governo democrático, como acontece frequentemente no Brasil e na América Latina, onde ditadores mandaram torturar e matar as forças de oposição de todas as origens.

Reconheço, também, alguns avanços dos governos de coalização comandados pelo Partido dos Trabalhadores, como algumas de suas políticas sociais, que, mesmo com suas limitações, trouxeram benefícios concretos para os que viviam na extrema pobreza, um problema secular na história desse país que as oligarquias regionais mantiveram intocadas. Reconheço, também, os avanços na educação e na saúde, assim como seus problemas.

Temos que avançar na democracia em muitos aspectos e a tarefa não é fácil, pois sabemos a força da *Casa Grande*, com seus oligárquicos que mandam e desmandam nesse país, apoiados pelos meios de comunicações (nas mãos de 12 famílias), concentrando a propriedade da terra (num país que nunca fez a sua reforma agrária) e sempre foram acobertados por um grande setor do nosso Judiciário que, como afirmei, é seletivo no combate à corrupção, como vemos nos dias de hoje.

Se olharmos para o que era a Universidade nos períodos mais recentes podemos perceber os avanços, como a sua expansão e o acolhimento de uma imensa população que, no passado, nunca tiveram acesso ao ensino superior. Evidentemente, esse aumento quantitativo não significou uma melhor qualidade de ensino.

Acredito, sim, que a universidade deve ser repensada, reformada, democratizada, desburocratizada e melhor servir a sociedade, saindo dessa redoma em que se encontra na atualidade, onde, muitas vezes, prevalece o corporativismo, tornando-se um verdadeiro “condomínio fechado”, a que se referiu Cristian Ingo Lenz Dunker no seu livro *Mal-Estar. Sofrimento e Sintoma*, especialmente no capítulo 1 chamado a lógica do condomínio.

Defendo, sim, a greve porque diante das perdas que temos sofrido temos mais é que lutar. Mas, acho que temos que buscar, também, outras formas de lutas que politize a discussão sob o risco de sermos visto como relapsos e outras expressões que ouvi de certos alunos e professores.

Devia ser não só paralisação das aulas, mas uma oportunidade de criarmos momentos de discussões, círculos de debates para pensarmos, por exemplo, “o mal-estar” que se sente e que é visível na UFAM e outras instituições de ensino superior desse país. Sem isso, não sobrarão as constantes acusações, xingamentos e

desqualificações vindas de grupos que não concordam com a greve – o que é um direito numa democracia – mas não saem para o debate e não apresentam as suas propostas e partem para agressões.

Defendo a greve legitimada pela nossa representação sindical por um motivo óbvio: porque é um dos únicos espaços que nos resta para nos organizarmos, para expressarmos as nossas reivindicações e, de forma visível, fazer emergir os conflitos que estão diante de nós.

A UFAM sem um sindicato viraria um túmulo, onde não teríamos vez e voz. O conflito é sadio, saneador de muitas onipotências, enquanto o silêncio é trágico para a nossa convivência, que, no presente, não tem sido nada fácil. É melhor viver no conflito do que no silêncio de cemitério.

O silêncio é a morte e os fascistas o adoram. Não é por menos que na Espanha, no chamado “O incidente na Universidade de Salamanca” que ocorreu em 12 de outubro de 1936 na abertura do ano letivo, o filósofo Unamuno, na condição de reitor da instituição abordou um defensor do fascismo que clamava “viva la muerte”, mostrando a pulsão de morte que, muitas vezes na história se manifesta nas grandes crises sociais, como as que temos assistido em nosso país nesse tempos sombrios em que vivemos.[2]

[1] Ver DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças – sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Editora Cia de Freud,, publicada no Brasil em 2005. Pela mesma editora, foi publicado o livro *O Mercado*.

[2] No texto anterior, escrito na rapidez do momento, fiz uma referência incorreta ao afirmar que ele ocorreu na Itália. Um leitor ao ler esse escrito gentilmente me enviou informações contextualizando do uso do termo “viva la muerte”. Na verdade esse incidente ocorreu na Universidade de Salamanca em 1936, em plena época do fascismo. A primeira referência que me veio à mente foi a leitura feita por Erich Fromm no livro – se não estou enganado – *O medo da liberdade*.